



CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA
Direção Municipal de Manutenção e Conservação

CADERNO DE ENCARGOS

Aquisição de Bens n.º 32/DMMC/DIEM/24

“AQUISIÇÃO DE MATERIAL ELÉTRICO PARA O ARMAZÉM DO DIEM”

PROCESSO N.º 01/AQB/CPI/DGES/ND/2024”



CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA
Direção Municipal de Manutenção e Conservação

ÍNDICE

PARTE I - CLAUSULAS JURIDICAS

Cláusula 1. ^a – Objeto	3
Cláusula 2. ^a - Contrato	3
Cláusula 3. ^a - Prazo	3
Cláusula 4. ^a - Obrigações principais do adjudicatário	4
Cláusula 5. ^a - Forma de entrega dos bens	4
Cláusula 6. ^a - Conformidade e garantia técnica	5
Cláusula 7. ^a – Preço e valor total máximo (somatório) dos fornecimentos no âmbito da Aquisição de Bens	5
Cláusula 8. ^a - Preço contratual	5
Cláusula 9. ^a - Condições de pagamento	6
Cláusula 10. ^a - Penalidades contratuais	7
Cláusula 11. ^a - Resolução da relação contratual	7
Cláusula 12. ^a - Prestação de caução	8
Cláusula 13. ^a – Seguros	8
Cláusula 14. ^a - Foro competente	8
Cláusula 15. ^a - Comunicações e notificações	8
Cláusula 16. ^a - Contagem dos prazos	8
Cláusula 17. ^a - Legislação aplicável	8
Cláusula 18. ^a – Proteção dados pessoais	9

PARTE II – ANEXOS

Lista de ANEXOS	11
-----------------------	----



CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA
Direção Municipal de Manutenção e Conservação

PARTE I - CLÁUSULAS JURÍDICAS

Cláusula 1.^a – Objeto

1. O presente Caderno de Encargos compreende as cláusulas a incluir no contrato a celebrar relativo à Aquisição de Bens n.º 32/DMMC/DIEM/24 - “AQUISIÇÃO DE MATERIAL ELÉTRICO PARA O ARMAZÉM DO DIEM” - PROCESSO Nº 01/AQB/CPI/DGES/ND/2024”.
2. A presente Aquisição de Bens não é constituída por lotes

Cláusula 2.^a - Contrato

1. O contrato é composto pelo respetivo clausulado contratual e anexos.
2. O contrato a celebrar integra ainda os seguintes elementos:
 - a) Os suprimimentos dos erros e das omissões do Caderno de Encargos identificados pelos concorrentes, desde que esses erros e omissões tenham sido expressamente aceite pelo órgão competente para a decisão de contratar;
 - b) Os esclarecimentos e as retificações relativos ao Caderno de Encargos;
 - c) O presente Caderno de Encargos;
 - d) A proposta adjudicada;
 - e) Os esclarecimentos sobre a proposta adjudicada prestados pelo adjudicatário.
3. Em caso de divergência entre os documentos referidos no número anterior, a respetiva prevalência é determinada pela ordem pela qual aí são indicados.
4. Em caso de divergência entre os documentos referidos no n.º 2 e o clausulado do contrato, prevalecem os primeiros, salvo quanto aos ajustamentos propostos de acordo com o disposto no artigo 99.º do Código dos Contratos Públicos e aceites pelo adjudicatário nos termos do disposto no artigo 101.º desse mesmo diploma legal.

Cláusula 3.^a - Prazo

1. A aquisição de Bens entra em vigor na data da assinatura do respetivo contrato e tem a duração de 1095 dias, salvo se for denunciado pelo Município de Lisboa, por carta com aviso de receção, com a antecedência mínima de 60 (sessenta) dias em relação ao termo do prazo inicial.
2. A aquisição de Bens extinguir-se-á antes de findo o prazo indicado anteriormente caso se verifique que o somatório das prestações contratadas ao seu abrigo atinge o montante indicado na Cláusula “Preço e valor



CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA
Direção Municipal de Manutenção e Conservação

total máximo (somatório) das prestações a realizar no âmbito da aquisição de Bens”, sem prejuízo das obrigações acessórias que devam perdurar para além da cessação do contrato.

Cláusula 4.^a - Obrigações principais do adjudicatário

1. São obrigações para o adjudicatário as constantes do Caderno de Encargos ou nas cláusulas contratuais, da celebração do contrato, bem como as disposições previstas na legislação aplicável.
2. A título acessório, o adjudicatário fica ainda obrigado, designadamente, a recorrer a todos os meios humanos, materiais e informáticos que sejam necessários e adequados à entrega dos bens, bem como ao estabelecimento do sistema de organização necessário ao perfeito e completo fornecimento a seu cargo.

Cláusula 5.^a – Forma de entrega dos bens

1. O fornecedor obriga-se a entregar ao contraente público os bens objeto do procedimento, com as características, especificações e requisitos técnicos e de qualidade, previstos no Anexo A.
2. Caso a referência/marca específica do material listado no referido anexo, se encontrar descontinuada, deve o fornecedor optar pelo material de substituição indicado pelo fabricante. Dependendo da manutenção/obra em causa deverá ser proposto um material esteticamente idêntico.
3. Caso o material do anexo A não mencione uma referência/marca específica, poderá ser fornecido qualquer material compatível com as características requeridas. Se para uma determinada manutenção/obra, a CML necessitar de um material, de uma marca específica e se o seu preço estiver equiparado ao preço base, deve o fornecedor fornecer o solicitado.
4. Com a evolução da tecnologia LED, deverá ter-se em consideração que as lâmpadas LED, a fornecer, não necessitarão de acessórios.
5. Os bens objeto do procedimento devem ser entregues em perfeitas condições de serem utilizados para os fins a que se destinam e dotados de todo o material acessório necessário à sua entrada em funcionamento.
6. O fornecedor é responsável perante a Câmara Municipal de Lisboa por qualquer defeito ou discrepância dos bens objeto do contrato que existam no momento da entrega do material.
7. Os bens objeto do presente procedimento devem ser entregues faseadamente (mensalmente), podendo existir no âmbito do presente contrato entregas extraordinárias em função de necessidades pontuais. As Notas de Encomenda serão enviadas através do SAP.
8. A entrega dos materiais deverá ser realizada nas instalações do Departamento de Instalações Elétricas e Mecânicas, sito na Avenida Infante D. Henrique Lote 1 em Lisboa ou no Armazém do Campo Grande, 25 entre as 9.00 e as 12.00 e das 13.00 às 14.30, conforme as indicações do adjudicante ou ainda na Rua João Cunha e Serra, Lote R em Lisboa, das 9.00h às 12.00h e das 14.00h às 16.00h.



CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA
Direção Municipal de Manutenção e Conservação

9. Após o envio da Nota de Encomenda com a lista do material a fornecer, o prazo máximo para a entrega do fornecimento é de 10 (dez) dias úteis após a solicitação.
10. São da responsabilidade do adjudicatário, todas as despesas e custos com o transporte e descarga dos bens objeto do procedimento, bem como, a emissão dos respetivos documentos.
11. O material deverá ser sempre acompanhado da respetiva Guia de Remessa e será conferido aquando da entrega no serviço referido anteriormente e na presença do adjudicatário ou de quem o represente.
12. Quando o material não for acompanhado da respetiva Guia de Remessa, ou não corresponda ao solicitado nas Notas de Encomenda, o mesmo será devolvido ao fornecedor
13. No caso previsto no número anterior o adjudicatário deve proceder, à sua custa e no prazo razoável que for determinado pela Câmara Municipal de Lisboa, a nova entrega nas devidas condições e de acordo com o requisitado.

Cláusula 6.^a - Conformidade e garantia técnica

O adjudicatário fica sujeito, com as devidas adaptações e no que se refere aos elementos entregues à Câmara Municipal de Lisboa no âmbito do contrato, às exigências legais, obrigações do fornecedor e prazos respetivos aplicáveis aos contratos de aquisição de bens móveis, nos termos do Código do Contratos Públicos e demais legislação aplicável.

Cláusula 7.^a – Preço e valor total máximo (somatório) das prestações a fornecer no âmbito da Aquisição de Bens

O somatório dos Bens a adquirir ao abrigo da presente Aquisição não poderá ultrapassar o montante de € 450.000,00€, acrescido de IVA.

Cláusula 8.^a - Preço contratual

1. Pelo fornecimento dos bens, a entidade adjudicante pagará ao Fornecedor, unicamente, o resultado da aplicação dos preços unitários constantes da proposta adjudicada, aos Bens efetivamente requisitados e fornecidos pelo Fornecedor.
2. O valor referido no número anterior inclui todos os custos, encargos e despesas cuja responsabilidade não esteja expressamente atribuída à Entidade Adjudicante, (incluindo as despesas de aquisição, transporte, armazenamento e manutenção dos bens, despesas com a elaboração da proposta e com a celebração do



CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA
Direção Municipal de Manutenção e Conservação

contrato escrito), obrigando-se o Fornecedor de Bens a cumprir todas as obrigações e fornecimentos elencados no presente Caderno de Encargos sem qualquer acréscimo de custo relativamente ao preço contratual.

Cláusula 9.^a - Condições de pagamento

1. Os pagamentos ao Fornecedor serão efetuados mediante a apresentação de faturas acompanhadas dos elementos justificativos. As mesmas só deverão ser emitidas após o fornecimento completo de cada Nota de Encomenda.
2. Em caso de discordância por parte da Entidade Adjudicante quanto aos valores indicados nas faturas, deve esta comunicar ao Fornecedor, por escrito, os respetivos fundamentos, ficando este obrigado a prestar os esclarecimentos necessários ou proceder à emissão de nova fatura corrigida.
3. O prazo máximo de pagamento será de 60 (sessenta) dias contados a partir da data da apresentação da fatura.
4. O prazo de pagamento mencionado no ponto anterior fica suspenso sempre que a Entidade Adjudicante solicite ao Fornecedor esclarecimentos e/ou alterações à fatura apresentada.
5. As faturas deverão ser emitidas em nome da Câmara Municipal de Lisboa, Direção Municipal de Finanças, Departamento de Contabilidade, sito no Edifício Central do Município - Campo Grande n.º 25 - 8º Piso, Bloco A, 1749 - 099 Lisboa, onde deve constar obrigatoriamente o Número de Compromisso, sob pena de devolução das mesmas.
6. As faturas deverão ser acompanhadas de cópia da Nota de Encomenda a que correspondem.
7. Das faturas deverão constar a indicação do número/referência da Nota de Encomenda a que respeitam, bem como do nº de compromisso.
8. As faturas correspondentes ao fornecimento, deverão ser emitidas no prazo máximo de 5 dias, nos termos da legislação aplicável.
9. O regime de IVA aplicável ao presente contrato é o regime geral, devendo a fatura ser emitida com IVA à taxa de 23%.
10. Nos termos do disposto no Decreto-Lei n.º 123/2018, de 28 de dezembro, e no Decreto-Lei n.º 111-B/2017, de 31 de agosto, as empresas são obrigadas a enviar documentos em formato eletrónico (EDI) para as entidades da administração pública, no âmbito dos contratos públicos.



CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA
Direção Municipal de Manutenção e Conservação

-
11. O Município e Lisboa aderiu ao Portal da FE-AP para a receção de documentos em formato eletrónico (EDI), sistema suportado pela eSPap – Entidade de Serviços Partilhados da Administração Pública, I.P., pelo que as entidades, ao iniciarem o processo de adesão à solução FE-AP, devem:
 - a). Consultar a informação sobre a fatura eletrónica <https://www.espap.gov.pt/spfin/Paginas/spfin.aspx#maintab5>;
 - b) Consultar a informação específica do processo de onboarding dos fornecedores <https://www.espap.gov.pt/spfin/onboarding/Paginas/onboarding%20de%20Fornecedores.aspx#maintab1>;
 - c) Preencher o formulário de adesão: https://pt.surveymonkey.com/r/FE-AP_CIOUS
 12. Admitindo-se excecionalmente e para as entidades ainda não aderentes o envio das faturas em PDF para dmf.dc@cm-lisboa.pt, nos termos do n.º 4 do artigo 9.º do Decreto-Lei n.º 111-B/2017, de 31 de agosto, na sua redação atual.

Cláusula 10.ª - Penalidades contratuais

1. Pelo incumprimento de obrigações emergentes do contrato, a Câmara Municipal de Lisboa pode exigir do adjudicatário o pagamento de uma pena pecuniária no montante de 2% do valor da Nota de Encomenda, por cada dia de atraso de qualquer entrega de material solicitado através das referidas Notas de Encomenda, até ao limite de 10% do valor da Adjudicação.
2. Em caso de resolução do contrato por incumprimento do fornecedor, a Câmara Municipal de Lisboa pode exigir-lhe uma pena pecuniária nos termos definidos por lei.
3. A Câmara Municipal de Lisboa pode compensar os pagamentos devidos ao abrigo do contrato com as penas pecuniárias devidas nos termos da presente cláusula.
4. As penas pecuniárias previstas na presente cláusula não obstam a que a Câmara Municipal de Lisboa exija uma indemnização pelo dano excedente.

Cláusula 11.ª - Resolução da relação contratual

1. O direito de resolução do contrato, por qualquer uma das partes, poderá ser exercido nos termos previstos nos Artigos 332º a 335º do CCP.
2. Para efeito da alínea a) do n.º 1 do Artigo 333º do CCP, entende-se por incumprimento definitivo do contrato por facto imputável ao Fornecedor, designadamente, 3 situações de incumprimento (seguidas ou interpoladas) de qualquer das obrigações previstas no presente Caderno de Encargos.
3. A resolução do contrato não prejudica o exercício de responsabilidade civil ou criminal por atos ocorridos durante a execução do mesmo nem a aplicação cumulativa das multas a que haja lugar.



CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA
Direção Municipal de Manutenção e Conservação

Cláusula 12.^a - Prestação de caução

Nos termos do n.º 2 do artigo 88º do CCP não é exigida caução, não sendo a mesma substituída por qualquer retenção nos pagamentos.

Cláusula 13.^a – Seguros

1. É da responsabilidade do adjudicatário a cobertura de risco através de contratos de seguro atualizados e devidos por lei, nomeadamente, de responsabilidade civil contra danos provocados à CML ou a terceiros.
2. A Câmara Municipal de Lisboa pode, sempre que entender conveniente, exigir prova documental da celebração dos contratos de seguro referidos no número anterior, devendo o adjudicatário fornecê-la no prazo de 10 dias.

Cláusula 14.^a - Foro competente

Para resolução de todos os litígios decorrentes do contrato fica estipulada a competência do Tribunal Administrativo de Círculo de Lisboa, com expressa renúncia a qualquer outro.

Cláusula 15.^a - Comunicações e notificações

1. As notificações ou comunicações entre as partes do contrato devem ser escritas em português e efetuadas, através de correio eletrónico ou de outro meio de transmissão escrita, para o domicílio ou sede contratual de cada uma, sem prejuízo de poderem ser acordadas outras regras quanto às notificações e comunicações entre as partes do contrato.
2. Qualquer alteração das informações de contacto deve ser imediatamente comunicada à outra parte, por escrito, só sendo válida a partir do 5.º dia útil seguinte ao da sua receção.

Cláusula 16.^a - Contagem dos prazos

Os prazos previstos no contrato são contínuos, correndo em sábados, domingos e dias feriados.

Cláusula 17.^a - Legislação aplicável

Em tudo o que estiver omissa no presente Caderno de Encargos aplicar-se-á o disposto no Código dos Contratos Públicos, na sua redação atual e demais legislação aplicável.



CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA
Direção Municipal de Manutenção e Conservação

Cláusula 18.^a - Proteção de dados pessoais

1. A execução do contrato resultante da presente Aquisição de Bens não envolve, em princípio, o tratamento de quaisquer dados pessoais.
2. Caso na execução do contrato exista alguma exceção ao previsto no número anterior, o Contraente Público e o Cocontratante assumem o compromisso de, em cumprimento do Regulamento Geral de Proteção de Dados (RGPD) e demais legislação aplicável, celebrar um Acordo de Tratamento de Dados*, que constituirá uma adenda ao contrato a celebrar ao abrigo desta Aquisição de Bens, destinado à definição das respetivas responsabilidades pelo tratamento dos dados de natureza pessoal que tenham de ser recolhidos e tratados.
3. Caso seja celebrado contrato escrito, os dados pessoais contidos no mesmo são considerados necessários para a formalização e execução do mesmo e, ainda, se necessário, para o cumprimento de outras obrigações legais, sendo aqueles de conservação permanente, em conformidade com o estipulado no artigo 5.º, n.º 1, alíneas b) e e) e no artigo 89.º, ambos do RGPD, e no artigo 21.º, n.º 2, da Lei n.º 58/2019, de 8 de agosto.
4. O Contraente Público poderá transmitir os dados pessoais a que se refere o presente artigo aos seus colaboradores, prestadores de serviços e subcontratantes para o cumprimento das finalidades acima referidas e, bem assim, a autoridades judiciais, fiscais, regulatórias ou outras para o cumprimento de imposições legais ou regulamentares.
5. Os titulares têm os seguintes direitos sobre os dados pessoais que lhes digam respeito:
 - a) A exercer perante o Município de Lisboa: direito de informação; direito de acesso; direito de retificação dos dados inexatos; direito ao apagamento; direito à limitação do tratamento; direito de portabilidade dos dados; direito de oposição ao tratamento; direito a não ficar sujeito a decisões exclusivamente automatizadas, incluindo a definição de perfis; nas situações de consentimento, direito de retirar consentimento em qualquer altura, sem comprometer a licitude do tratamento efetuado com base no consentimento previamente dado;
 - b) A exercer perante o Encarregado de Proteção de Dados (através do email dpo@cm-lisboa.pt ou por carta para Campo Grande, 25, Bloco E, 2º Piso, 1749-099 Lisboa): direito de apresentar exposições;
 - c) A exercer perante a autoridade de controlo (nomeadamente, Comissão Nacional de Proteção de Dados): direito de apresentar reclamação;
 - d) A exercer perante as instâncias jurisdicionais competentes: direito a ação judicial e a indemnização no caso de violação dos seus direitos.



CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA
Direção Municipal de Manutenção e Conservação

-
6. Na publicitação do contrato, devida em cumprimento do Código dos Contratos Públicos, o Contraente Público procederá previamente ao expurgo dos dados pessoais dos intervenientes que não sejam necessários para assegurar esta finalidade.



CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA
Direção Municipal de Manutenção e Conservação

PARTE II – ANEXOS

ANEXO I – Código de Conduta do fornecedor

ANEXO II – Minuta de Acordo de Tratamento de Dados